

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	38
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	41
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	6.988.146.121
Preferenciais	6.988.146.121
<b>Total</b>	<b>13.976.292.242</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
1	Ativo Total	1.479.379	1.431.158
1.01	Ativo Circulante	120.650	63.460
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	74.750	12.950
1.01.03	Contas a Receber	37.442	41.641
1.01.03.01	Clientes	37.442	41.641
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	1.758	1.603
1.01.03.01.02	Contas a Receber partes relacionadas	35.699	40.129
1.01.03.01.03	Provisão para devedores duvidosos	-15	-91
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.819	1.898
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.081	2.638
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.558	4.333
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	4.558	4.333
1.01.08.01.01	Pagamentos antecipados relacionados à Concessão	3.297	3.297
1.01.08.01.02	Outros Créditos	1.261	1.036
1.02	Ativo Não Circulante	1.358.729	1.367.698
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	164.460	161.054
1.02.01.06	Tributos Diferidos	60.874	60.683
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	60.874	60.683
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	101.931	98.735
1.02.01.07.01	Despesa antecipada outorga fixa	69.785	65.765
1.02.01.07.02	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	32.146	32.970
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.655	1.636
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	1.554	1.537
1.02.01.09.05	Outros créditos	101	99
1.02.03	Imobilizado	59.766	53.486
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	32.313	31.309
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	27.453	22.177
1.02.04	Intangível	1.134.503	1.153.158
1.02.04.01	Intangíveis	1.134.503	1.153.158
1.02.04.01.02	Direito de uso da infraestrutura	945.587	961.189
1.02.04.01.03	Direito da concessão - ágio	185.693	188.515
1.02.04.01.04	Outros intangíveis	3.223	3.454

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2	Passivo Total	1.479.379	1.431.158
2.01	Passivo Circulante	285.129	278.600
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.847	7.669
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1	2
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9.846	7.667
2.01.02	Fornecedores	17.230	21.094
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	17.143	20.980
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	87	114
2.01.03	Obrigações Fiscais	26.664	21.814
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	26.664	21.814
2.01.03.01.02	Obrigações fiscais federais e municipais a recolher	20.807	16.080
2.01.03.01.03	Impostos e contribuições parcelados	5.857	5.734
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	212.004	204.200
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.256	1.317
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.256	1.317
2.01.04.02	Debêntures	210.748	202.883
2.01.05	Outras Obrigações	13.509	12.251
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.994	2.135
2.01.05.02	Outros	8.515	10.116
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	2.098	2.062
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	6.417	8.054
2.01.06	Provisões	5.875	11.572
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.875	11.572
2.01.06.01.06	Provisão para manutenção	5.875	11.572
2.02	Passivo Não Circulante	729.838	745.616
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	526.212	545.008
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	535	805
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	535	805
2.02.01.02	Debêntures	525.677	544.203
2.02.02	Outras Obrigações	68.696	69.660
2.02.02.02	Outros	68.696	69.660
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.724	1.724
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições parcelados	57.177	57.472
2.02.02.02.04	Obrigações com o poder concedente	8.225	8.822
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	1.570	1.642
2.02.03	Tributos Diferidos	113.329	110.935
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	113.329	110.935
2.02.04	Provisões	21.601	20.013
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	21.601	20.013
2.02.04.01.05	Provisão para contingência	1.850	2.181
2.02.04.01.06	Provisão de manutenção	19.751	17.832
2.03	Patrimônio Líquido	464.412	406.942
2.03.01	Capital Social Realizado	139.763	139.763
2.03.02	Reservas de Capital	2.677	2.677
2.03.04	Reservas de Lucros	264.502	264.502
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	139.502	139.502

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	125.000	125.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	57.470	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2012 à 31/03/2012	Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	183.432	192.323
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-61.829	-95.633
3.02.01	Custo de Construção	-4.275	-36.677
3.02.02	Provisão de Manutenção	-1.871	-3.653
3.02.03	Depreciação e amortização	-16.005	-15.774
3.02.04	Custo da outorga	-15.273	-14.586
3.02.05	Serviços	-10.805	-11.871
3.02.06	Custo com pessoal	-7.744	-7.450
3.02.07	Materiais Equipamentos e Veículos	-1.829	-2.902
3.02.08	Outros	-4.027	-2.720
3.03	Resultado Bruto	121.603	96.690
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-13.869	-12.883
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.055	-10.300
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	7	34
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.821	-2.617
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	107.734	83.807
3.06	Resultado Financeiro	-20.396	-25.321
3.06.01	Receitas Financeiras	1.313	1.072
3.06.02	Despesas Financeiras	-21.709	-26.393
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	87.338	58.486
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-29.868	-20.080
3.08.01	Corrente	-27.663	-18.151
3.08.02	Diferido	-2.205	-1.929
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	57.470	38.406
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	57.470	38.406
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00392	0,00262
3.99.01.02	PN	0,00431	0,00288
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00392	0,00262
3.99.02.02	PN	0,00431	0,00288

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	57.470	38.406
4.03	Resultado Abrangente do Período	57.470	38.406

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	104.250	93.093
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	101.960	88.097
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido no período	57.470	38.406
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.205	1.929
6.01.01.04	Depreciação e amortização	16.181	13.520
6.01.01.05	Amortização de ágio	2.821	2.617
6.01.01.07	Variação monetária sobre debêntures, empréstimos, financiamentos e leasing circulante e não circ.	20.078	27.253
6.01.01.08	Capitalização de custo de empréstimos	-1.104	-3.602
6.01.01.09	Constituição de provisões de riscos	229	1.811
6.01.01.10	Provisão (reversão) de devedores duvidosos	-76	45
6.01.01.11	Provisão (reversão) manutenção	1.871	3.655
6.01.01.12	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	966	1.015
6.01.01.13	Juros sobre impostos parcelados	1.319	1.448
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.290	4.996
6.01.02.01	Contas a receber	-155	-268
6.01.02.02	Contas a receber - Partes relacionadas	4.430	4.246
6.01.02.03	Impostos a recuperar	79	-10
6.01.02.04	Despesas antecipadas outorga fixa	-3.196	-2.731
6.01.02.05	Outras Despesas antecipadas	557	775
6.01.02.06	Outras contas a receber	-244	3.550
6.01.02.07	Fornecedores	-3.864	-819
6.01.02.08	Fornecedores - Partes relacionadas	2.859	620
6.01.02.09	Obrigações Sociais e trabalhistas	2.178	2.088
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher parcelados	-10.706	-11.247
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social pagos no trimestre	13.942	11.616
6.01.02.12	Liquidação das provisões de riscos	-560	-56
6.01.02.13	Realização de provisão de manutenção	-6.615	-1.236
6.01.02.14	Obrigações com o poder concedente	5.296	-140
6.01.02.15	Outros contas a pagar	-1.711	-1.392
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-11.380	-42.174
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-7.648	-757
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	-3.732	-41.417
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-31.070	-21.531
6.03.01	Captações	-140	149.260
6.03.02	Pagamentos principal	-21.814	-30.422
6.03.03	Pagamentos juros	-9.116	-369
6.03.04	Dividendos pagos	0	-140.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	61.800	29.388
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12.950	13.199
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	74.750	42.587



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.677	264.502	0	0	406.942
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.677	264.502	0	0	406.942
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	57.470	0	57.470
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	57.470	0	57.470
5.07	Saldos Finais	139.763	2.677	264.502	57.470	0	464.412

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	139.763	0	268.238	0	0	408.001
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	0	268.238	0	0	408.001
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-140.000	0	0	-140.000
5.04.08	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	-14.202	0	0	0
5.04.09	Dividendo Adicional Proposto	0	0	-125.798	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	38.406	0	38.406
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	38.406	0	38.406
5.07	Saldos Finais	139.763	0	128.238	38.406	0	306.407

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
7.01	Receitas	200.266	207.021
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	197.796	204.891
7.01.02	Outras Receitas	2.470	2.130
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-30.117	-66.825
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-16.117	-16.931
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.854	-9.564
7.02.04	Outros	-6.146	-40.330
7.02.04.01	Provisão de manutenção	-1.871	-3.653
7.02.04.02	Custo de construção	-4.275	-36.677
7.03	Valor Adicionado Bruto	170.149	140.196
7.04	Retenções	-19.003	-16.137
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-19.003	-16.137
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	151.146	124.059
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.313	1.072
7.06.02	Receitas Financeiras	1.313	1.072
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	152.459	125.131
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	152.459	125.131
7.08.01	Pessoal	9.363	9.102
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.526	6.232
7.08.01.02	Benefícios	2.289	2.161
7.08.01.03	F.G.T.S.	380	369
7.08.01.04	Outros	168	340
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	48.401	36.347
7.08.02.01	Federais	38.482	27.696
7.08.02.02	Estaduais	118	119
7.08.02.03	Municipais	9.801	8.532
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	37.225	41.276
7.08.03.01	Juros	21.587	26.260
7.08.03.02	Aluguéis	365	430
7.08.03.03	Outras	15.273	14.586
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	57.470	38.406
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	57.470	38.406

## Comentário do Desempenho

### Informações Trimestrais Comentários Sobre o Desempenho - 1º trimestre 2012

As informações financeiras e operacionais abaixo, exceto onde indicado em contrário, são apresentadas de acordo com a Legislação Societária e as comparações são referentes ao 1T11.

#### Principais Destaques

- A Receita Líquida alcançou R\$ 183,4 milhões (-4,6%);
- O EBIT atingiu R\$ 151,9 milhões (+25,9%) e a Margem EBIT 82,8% (+20,1 p.p);
- O EBITDA atingiu R\$ 130,3 milhões (+24,8%) e a Margem EBITDA 71,5% (+16,8 p.p);
- O Lucro Líquido atingiu R\$ 57,5 milhões (+49,7%);
- Os veículos equivalentes cresceram 4,8%.

<b>Indicadores [R\$ MM]</b>	<b>1ºT12</b>	<b>1ºT11</b>	<b>Var.%</b>
Receita Líquida	179,2	155,6	+15,6
EBIT	108,6	88,3	+23,0
<i>Margem EBIT</i>	60,6%	56,7%	3,9 p.p.
EBITDA	130,3	104,4	+24,8
<i>Margem EBITDA</i>	72,8%	61,7%	+5,7 p.p.
Lucro Líquido	56,8	38,4	+48,1

#### 1. Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior Veq<sup>1)</sup>

<b>Em unid.<sup>2</sup></b>	<b>1º T12</b>	<b>1ºT11</b>	<b>Var.%</b>
Veículos Equivalentes	28.424.786	27.114.944	+4,8
Veículos Leves (Eq)	15.755.548	14.937.079	+5,5
Veículos Pesados (Eq)	12.669.238	12.177.865	4,0

1 - Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

## Comentário do Desempenho

2 - Nas praças, onde a cobrança de pedágio é unidirecional, os seus volumes de tráfego foram dobrados para se ajustarem a aquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

### Tráfego Consolidado (+4,8%)

O crescimento de 4,8% em veículos equivalentes no 1T2012 quando comparado ao 1T2011, mesmo com a retração atual da economia, evidencia a importância da Região Oeste do Estado e do Sistema Rodoviário Castello Branco - Raposo Tavares na interligação de seus municípios, principalmente no eixo Sorocaba - São Paulo e Porto de Santos.

### Veículos de Passeio (+5,5%)

Com aumento de 5,5% sobre o 1T11, os três primeiros meses de 2012 mostraram um efeito calendário de 2,1% na movimentação dos veículos de passeio, com destaque para as viagens de longa distância.

### Veículos Comerciais (+4,0%)

A movimentação de veículos comerciais no 1T12 foi 4,0% superior ao 1T11, com efeito calendário de 2,4%. Este resultado foi impactado pela redução do nível de atividade econômica, observada desde meados de 2011.

## 2. Reajustes de tarifas de pedágio

Conforme contrato de Concessão nº CR/003/1998 assinado entre o Estado de São Paulo e a Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S/A (cláusula 26.2), a Companhia reajustou em 9,77293% (variação acumulada do Índice Geral de Preços e Mercado (IGP-M), de maio de 2010 a maio de 2011), no mês de Julho de 2011, as tarifas básicas de pedágio em todo o sistema.

## 3. Análise do demonstrativo de resultado trimestral

### Receita Bruta

<b>Receita Bruta [R\$ mil]</b>	<b>1º T12</b>	<b>1ºT11</b>	<b>Var.%</b>
Receita de Pedágio	193.521	168.214	+15,0
Receitas Acessórias	2.470	2.130	-16,0
<b>Receita Bruta Total</b>	<b>195.992</b>	<b>170.343</b>	<b>+15,1</b>

## Comentário do Desempenho

### Receita de Construção

<b>Receita Bruta de Construção [R\$ mil]</b>	<b>1º T12</b>	<b>1ºT11</b>	<b>Var.%</b>
<b>Total</b>	<b>4.275</b>	<b>36.677</b>	<b>-88,3</b>

### Receita Líquida Operacional

A Receita Líquida do 1T12 ficou 15,1% maior quando comparada ao 1T11 atingindo o valor de R\$ 179,1 milhões, principalmente em razão da Receita de Pedágio do 1T12 ter sido maior em relação ao 1T11 em 15,0%.

À as deduções sobre a Receita Operacional Bruta aumentaram em 14,5%, totalizando o valor de R\$ 16,8 milhões.

### Custos dos Serviços Prestados

<b>Custos [R\$ mil]</b>	<b>1º T12</b>	<b>1ºT11</b>	<b>Var.%</b>
Custo de Construção	4.275	36.677	-88,3
Provisão de Manutenção	1.871	3.653	-48,8
Depreciação e Amortização	16.005	15.774	1,5
Custo da Outorga	15.273	14.586	4,7
Serviços de Terceiros	10.805	11.871	-9,0
Custo com pessoal	7.744	7.450	3,9
Outros	5.856	5.622	4,2
<b>Custos dos Serv. Prestados</b>	<b>61.829</b>	<b>95.633</b>	<b>-35,3</b>

Os custos dos serviços prestados reduziram em 35,3% no 1T12, totalizando aproximadamente R\$ 62 milhões, conforme será detalhado a seguir.

**Custo de Construção:** Os custos de construção sofreram uma queda de R\$ 32,4 milhões no 1T12 comparado ao 1T11. Esta variação deve-se ao grande montante de investimentos ocorridos no 1T11, tendo como destaque a implantação das pistas marginais da Rodovia Raposo Tavares – SP 270 – na região de Sorocaba, ocorrida no 1T11.

## Comentário do Desempenho

**Provisão de Manutenção:** A variação corresponde ao início (ou encerramento) da provisão de projetos dentro do escopo da provisão de manutenção e da variação da curva de benefício econômico decorrente do volume de tráfego da rodovia.

**Depreciação e Amortização:** Este item refere-se à transferência do ativo em andamento para o ativo definitivo.

**Custo da Outorga:** Estes custos são impactados pelo crescimento da outorga variável, proporcional ao crescimento da receita de pedágio neste período, bem como, o reajuste da outorga fixa, tal qual ocorre com as tarifas básicas de pedágio.

**Serviços de Terceiros:** Neste grupo temos os itens de prestadores de serviços, assim como os Custos Diretos, sendo estes referentes aos valores envolvidos na conservação especial da rodovia, tais como estabilização de taludes, conservação de obras de arte especiais, a saber, pontes, viadutos e túneis, obras de arte correntes, tais como drenagem, entre outros.

**Custos com Pessoal:** Os valores do 1T12 apresentam-se superiores quando comparado aos valores realizados no 1T11, principalmente em razão do dissídio oferecido aos colaboradores em Março de 2012.

**Outros:** Os custos do 1T12 estão 4,2% superiores ao 1T11 tendo em vista o aumento da participação do subsídio que é dado pelas concessionárias para desconto na mensalidade do SemParar/ViaFácil para usuários frequentes, isto porque, a Companhia teve um incremento do tráfego em meios de pagamento eletrônicos.

### EBITDA

Reconciliação EBITDA [R\$ MM]	1º T12	1ºT11	Var.%
Lucro Líquido	56,8	38,4	48,1
(+) IR/CS	29,5	20,1	47,1
(+) Resultado Financeiro Líquido	20,4	25,3	-19,1
(+) Depreciação e Amortização	21,5	16,1	33,2
(+) Custos e Despesas Não Caixa	1,9	4,5	-56,5
<b>EBITDA</b>	<b>130,3</b>	<b>104,4</b>	<b>24,8</b>

## Comentário do Desempenho

<i>Margem EBITDA</i>	<i>72,8</i>	<i>67,1</i>	<i>5,7p.p.</i>
----------------------	-------------	-------------	----------------

### EBIT

<b>Reconciliação EBIT [R\$ MM]</b>	<b>1º T12</b>	<b>1ºT11</b>	<b>Var.%</b>
Lucro Líquido	56,8	38,4	48,1
(+) IR/CS	29,5	20,1	47,1
(+) Resultado Financeiro Líquido	20,4	25,3	-19,1
(+) Custos e Despesas Não Caixa	1,9	4,5	-56,5
<i>EBIT</i>	<i>108,6</i>	<i>88,3</i>	<i>-23,0</i>
<i>Margem EBIT</i>	<i>60,6%</i>	<i>56,7%</i>	<i>3,9 p.p.</i>

### Resultado Financeiro Líquido

<b>Resultado Financeiro Líquido [R\$ MM]</b>	<b>1ºT12</b>	<b>1ºT11</b>	<b>Var.%</b>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>21,7</b>	<b>26,4</b>	<b>17,8</b>
Financiamentos - Juros e Var. Monet.	20,4	23,7	13,9
Variações Monetárias da Outorga	0,0	0,0	0,0
Taxas, Comissões e Outros	0,3	1,7	-82,3
Ajuste a VP da Provisão de Manut.	1,0	1,0	0,0
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>1,3</b>	<b>1,1</b>	<b>18,2</b>
Rendimento sobre aplicações Financ	1,0	1,0	0,0
Juros e outras receitas Financ.	0,2	0,1	100,0
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>20,4</b>	<b>25,3</b>	<b>19,4</b>

O item de Despesas Financeiras no 1T12 está 17,7% inferior quando comparado ao 1T11, em razão das amortizações da dívida da Companhia ocorridas durante os últimos 12 meses.

## 4. Investimentos

A concessionária tem investido em melhorias na segurança da rodovia do Sistema Castello Raposo, assim como na recuperação de pavimento em diversos trechos, no intuito de sempre oferecer aos usuários do Sistema rodovias de melhor qualidade.

## 5. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

<b>Total de Acidentes [un]</b>	<b>1º T12</b>	<b>1ºT11</b>	<b>Var.%</b>
Total de acidentes	732	754	-2,9
Total de vítimas	659	525	21,8



## **Comentário do Desempenho**

A Concessionária obteve uma importante redução do total de acidentes, sendo que os pontos de destaque para esta redução é a continuidade da fiscalização da polícia por meio de câmeras e aplicação de campanhas educativas para diversos usuários das rodovias da CCR ViaOeste. No entanto, tivemos um aumento no número de vítimas comparando o 1T12 em relação ao 1T11, devido à ocorrência de um acidente entre dois ônibus, com 74 vítimas leves.

### **6. Ações de caráter ambiental, responsabilidade social e cultural**

Patrocinado pela concessionária CCR ViaOeste, foi realizada no mês de fevereiro mais uma turnê do projeto “CineTela Brasil”, com exibições gratuitas de filmes nacionais às comunidades carentes das cidades de Vargem Grande Paulista e Sorocaba,

O projeto, desenvolvido pelos cineastas Laís Bodanzky e Luiz Bolognesi, realiza 4 sessões de filme por dia, durante 3 dias em que permanece na cidade.

A tenda tem ar condicionado, som surround, tela de 7 metros de largura e 225 lugares. O equipamento de projeção é profissional.

O Cine Tela Brasil já percorreu mais de 130 cidades. A sala de cinema é itinerante e oferece produções nacionais gratuitamente para populações de todo país. Este ano atingiu-se mais de 5 mil crianças.

A Concessionária realizou no mês de janeiro uma palestra na Casa de Cultura e Cidadania, em Osasco, abordando os temas de Zero álcool, Cinto de Segurança e Motociclista. Na oportunidade foram orientados aproximadamente 30 multiplicadores, que irão disseminar os temas na comunidade local.

Nos meses de fevereiro e março, a CCR ViaOeste também realizou diversas ações educativas, entre elas, destacamos: “Cinto de Segurança” que tem como objetivo a conscientização sobre a importância do uso do cinto por todos os passageiros dos veículos, inclusive no banco traseiro, com a distribuição de folhetos educativos nas praças de pedágios do sistema Castello-Raposo; “Zero Álcool” com o objetivo de reduzir os acidentes rodoviários, envolvendo condutores e pedestres embriagados, Nessa ação, foram distribuídos folhetos educativos nas praças de pedágios. Além disso, no feriado do carnaval houve a orientação e distribuição de bafômetros descartáveis no km 33 (Pedágio de Itapevi) e no km 57 da Castello; e a ação denominada “Pirilampo”, que visa a revisão e a substituição das lâmpadas traseiras dos caminhões gratuitamente. Essa ação contribui para a redução das colisões traseiras.

## **Comentário do Desempenho**

A CCR ViaOeste também realizou a campanha de segurança dirigida aos motociclistas. A ação aconteceu no km 18 da Castello e no km 46 da Raposo Tavares. Os motociclistas receberam orientações sobre direção defensiva, abordando aspectos comportamentais, dispositivos de segurança e condução segura.

## **7. Considerações Finais**

As informações financeiras trimestrais (ITR) da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. , aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

## **A Diretoria**

## **Notas Explicativas**

# **Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.**

**(Companhia aberta)**

## **Notas explicativas às informações trimestrais**

### **Trimestre findo em 31 de março de 2012**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### **1 Contexto operacional**

A Companhia tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão até 30 de dezembro de 2022, a exploração do Sistema Rodoviário Castello Branco/Raposo Tavares, incluindo as rodovias Castello Branco (SP 280), Raposo Tavares (SP 270), Senador José Ermírio de Moraes (SP 075) e Dr. Celso Charuri (SP 091), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto de acordo com o Edital de Concorrência nº. 008/CIC/97 do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/SP.

No período de três meses findo em 31 de março de 2012 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

### **2 Apresentação das informações trimestrais (ITR)**

As informações trimestrais intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Essas informações trimestrais devem ser lidas conjuntamente com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

As informações financeiras contidas nas informações trimestrais ITR, foram aprovadas pela Administração da Companhia em 09 de maio de 2012.

*Reclassificação*

## Notas Explicativas

Para melhor apresentação dos valores de despesas operacionais foi reclassificada na demonstração dos resultados do trimestre findo em 31 de março de 2011 o montantes de R\$ 4.100, da linha de outras despesas operacionais para despesas gerais e administrativas.

### 3 Principais políticas e práticas contábeis

Neste período não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantem-se a consistência dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

### 4 Determinação de valores justos

Neste período não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos, em relação àqueles divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

### 5 Gerenciamento de riscos financeiros

Neste período não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros em relação àqueles divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

### 6 Caixas e equivalentes de caixa

	<b>31/03/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Caixa e equivalentes de caixa	2.188	2.378
Aplicações financeiras		
Fundos de investimento de renda fixa	<u>72.562</u>	<u>10.572</u>
	<u><u>74.750</u></u>	<u><u>12.950</u></u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 102,56% do CDI, equivalente a 10,64% ao ano (11,50% ao ano em 31 de dezembro de 2011).

### 7 Contas a receber

**Notas Explicativas**

	<b>31/03/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
<b>Circulante</b>		
Vale pedágio e cupons a receber	1.353	1.166
Ocupação da faixa de domínio e acessos	389	350
Cargas excedentes, cargas especiais e tarifa de liberação de veículos	3	65
Locação de painéis publicitários	13	22
	<u>1.758</u>	<u>1.603</u>
Provisão para devedores duvidosos (a)	<u>(15)</u>	<u>(91)</u>
	<u>1.743</u>	<u>1.512</u>
<b>Não circulante</b>		
Poder concedente (b)	24.292	24.292
Provisão para devedores duvidosos (b)	<u>(24.292)</u>	<u>(24.292)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

**O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:**

	<b>31/03/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Créditos a vencer	1.651	1.441
Créditos vencidos até 60 dias	90	69
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	2	2
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	15	2
Créditos em atraso há mais de 360 dias	-	89
	<u>1.758</u>	<u>1.603</u>

(a) A provisão para devedores duvidosos (PDD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias baseado no histórico de perda da Companhia.

(b) Saldo a receber do Poder Concedente, originado pelas receitas asseguradas quando da adoção de Regime Especial Transitório, conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo nº. 3 ao Contrato de Concessão para o período de agosto de 2002 até abril de 2004, decorrente da diminuição do tráfego da Rodovia Castello Branco pela interferência do RodoAnel Oeste Mário Covas. Este valor está em discussão entre as partes e os assessores jurídicos entendem que o desfecho favorável à Companhia é remoto. O valor está totalmente provisionado.

**8 Imposto de renda e contribuição social**

## Notas Explicativas

### a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada a seguir:

	31/03/2012	31/03/2011
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	87.338	58.486
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(29.695)	(19.885)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(177)	(129)
Outros ajustes tributários	4	(66)
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(29.868)</u>	<u>(20.080)</u>
Impostos correntes	(27.663)	(18.151)
Impostos diferidos	<u>(2.205)</u>	<u>(1.929)</u>
	<u>(29.868)</u>	<u>(20.080)</u>
Alíquota efetiva de impostos	34%	34%

### b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

As projeções para realização dos ativos fiscais diferidos são revisadas anualmente, em dezembro. Se ocorrerem fatos relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o exercício pela Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

## Notas Explicativas

	31/03/2012	31/12/2011
<b>Ativo não circulante</b>		
Depreciação de obras lançadas no custo (a)	20.611	20.332
Depreciação fiscal de gastos com obras registradas como provisão de manutenção (b)	19.056	18.817
Provisão de manutenção (c)	9.547	9.997
Provisão para devedores duvidosos	8.265	8.290
Custo de transação na emissão de títulos	828	787
Provisão para participação nos resultados (PLR)	809	645
Outros	1.758	1.815
	<u><u>60.874</u></u>	<u><u>60.683</u></u>
<b>Passivo não circulante</b>		
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (d)	(81.356)	(79.374)
Custo de empréstimos capitalizados (e)	(18.999)	(18.900)
Amortização linear do Direito da Concessão - Ágio (fiscal) versus amortização pela curva de benefício econômico (contábil) (f)	(12.456)	(12.232)
Outros	(518)	(429)
	<u><u>(113.329)</u></u>	<u><u>(110.935)</u></u>

A administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

- (a) Diferenças temporárias oriundas da depreciação fiscal de obras qualificadas como custo nas práticas contábeis – Lei 11.638/07;
- (b) Diferenças temporárias oriundas da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção nas práticas contábeis – Lei 11.638/07;
- (c) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “b” conforme práticas contábeis – Lei 11.638/07;
- (d) Diferenças temporárias entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como de melhorias nos termos das práticas contábeis – Lei 11.638/07;
- (e) Diferenças temporárias entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, nos termos das práticas contábeis – Lei 11.638/07;
- (f) Diferenças temporárias entre a amortização fiscal (linear) e contábil (curva de benefício econômico) do direito de concessão - ágio, nos termos das práticas contábeis – Lei 11.638/07.

## 9 Pagamentos antecipados relacionados à concessão

## Notas Explicativas

	<u>Início da concessão</u>	
	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<b>Circulante</b>	<u>3.297</u>	<u>3.297</u>

	<u>Início da concessão</u>		<u>Extensão do prazo de concessão</u>		<u>Total</u>	
	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<b>Não circulante</b>	<u>32.146</u>	<u>32.970</u>	<u>69.785</u>	<u>65.765</u>	<u>101.931</u>	<u>98.735</u>

## 10 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, assim como as transações que influenciaram os resultados dos períodos de três meses findos em 31 de março de 2012 e 2011 relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	<u>Transações</u>	<u>Saldos</u>		
		<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	
	<u>Serviços Prestados</u>	<u>Contas a receber</u>	<u>Fornecedores</u>	<u>Contas a pagar</u>
<b>Controladora</b>				
CCR S.A. - Divisão Actua (a) (e)	3.030	3	1.335	-
<b>Outras partes relacionadas</b>				
CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (b)	-	35.691	-	-
Conces.do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.	-	1	-	6
Companhia de Participações em Concessões - Divisão Engelog e Engelog Tec (c)	3.375	-	1.056	-
Inovap 5 Adm. e Partic. Ltda.	-	-	16	-
Samm Soc. Atividades Multimídia Ltda	-	-	2.565	-
Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (d)	-	4	-	16
Total, 31 de março de 2012	<u>6.405</u>	<u>35.699</u>	<u>4.972</u>	<u>22</u>
Total, 31 de dezembro de 2011	<u>26.335</u>	<u>40.129</u>	<u>2.127</u>	<u>8</u>
Total, 31 de março de 2011	<u>7.008</u>	<u>29.817</u>	<u>2.332</u>	<u>27</u>
	<b>2012</b>	<b>2011</b>		
Remuneração a pagar (f)	1.700	1.806		

(a) Prestador exclusivo de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR;



## Notas Explicativas

- (b) Refere-se a receita de pedágio eletrônico cobradas de usuários do sistema Sem Parar, os quais serão repassados à Companhia no mês subsequente;
- (c) Prestador exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção ao Grupo CCR;
- (d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (e) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração: conselho de administração (somente remuneração fixa), diretoria estatutária e diretoria não estatutária; e
- (f) O valor correspondente a remuneração dos administradores está registrado no grupo de Obrigações Sociais e Trabalhistas, juntamente com a remuneração dos demais colaboradores do Grupo CCR.

Os montantes referentes a despesas com profissionais chave da administração estão apresentados abaixo:

	31/03/2012	31/03/2011
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	268	251
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	521	224
Previdência privada	6	8
Seguro de vida	1	1
	<u>796</u>	<u>484</u>

## 11 Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	31/3/2012			31/12/2011		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	12	3.694	(1.681)	2.013	3.641	(1.593)	2.048
Máquinas e equipamentos	15	29.439	(15.481)	13.958	28.409	(14.820)	13.589
Veículos	21	9.470	(5.334)	4.136	9.469	(5.032)	4.437
Instalações e edificações	6	2.130	(1.926)	204	2.130	(1.916)	214
Sistemas operacionais	18	46.945	(34.943)	12.002	45.182	(34.161)	11.021
Imobilizado em andamento	-	27.453	-	27.453	22.177	-	22.177
		<u>119.131</u>	<u>(59.365)</u>	<u>59.766</u>	<u>111.008</u>	<u>(57.522)</u>	<u>53.486</u>

## Movimentação do custo

**Notas Explicativas**

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/03/2012</u>		
	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Adições</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo Final</b>
Móveis e utensílios	3.641	38	15	3.694
Máquinas e equipamentos	28.409	70	960	29.439
Veículos	9.469	1	-	9.470
Instalações e edificações	2.130	-	-	2.130
Sistemas operacionais	45.182	37	1.726	46.945
Imobilizado em andamento	<u>22.177</u>	<u>8.139</u>	<u>(2.863)</u>	<u>27.453</u>
	<u>111.008</u>	<u>8.285</u>	<u>(162)</u> (1)	<u>119.131</u>

(1) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, à equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$ 637 em 31 de março de 2012 (R\$ 922 em 31 de março de 2011).

**Movimentação da depreciação**

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/03/2012</u>	
	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Adições</b>	<b>Saldo Final</b>
Móveis e utensílios	(1.593)	(88)	(1.681)
Máquinas e equipamentos	(14.820)	(661)	(15.481)
Veículos	(5.032)	(302)	(5.334)
Instalações e edificações	(1.916)	(10)	(1.926)
Sistemas operacionais	<u>(34.161)</u>	<u>(782)</u>	<u>(34.943)</u>
	<u>(57.522)</u>	<u>(1.843)</u>	<u>(59.365)</u>

**12 Ativos intangíveis**

## Notas Explicativas

	Taxa anual de amortização %	31/03/2012			31/12/2011		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura (a)	(*)	1.210.311	(264.724)	945.587	1.211.826	(250.635)	961.191
Direitos de uso de sistemas informatizados	15	6.946	(4.326)	2.620	6.927	(4.131)	2.796
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(*)	1.322	(719)	603	1.322	(665)	657
Direito da Concessão (b)	20	251.709	(66.016)	185.693	251.709	(63.195)	188.514
		<u>1.470.288</u>	<u>(335.785)</u>	<u>1.134.503</u>	<u>1.471.784</u>	<u>(318.626)</u>	<u>1.153.158</u>

## Movimentação do custo

	31/12/2011		31/03/2012		
	Saldo Inicial	Adições	Transferências (1)	Ressarcimento de Obras (**)	Saldo Final
Direitos de exploração da infraestrutura	1.211.826	4.197	145	(5.857)	1.210.311
Direitos de uso de sistemas informatizados	6.927	2	17	-	6.946
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.322	-	-	-	1.322
Direito da Concessão (b)	251.709	-	-	-	251.709
	<u>1.471.784</u>	<u>4.199</u>	<u>162</u>	<u>(5.857)</u>	<u>1.470.288</u>

(1) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

## Movimentação da amortização

	31/12/2011		31/03/2012	
	Saldo Inicial	Adições	Saldo Inicial	Saldo Final
Direitos de exploração da infraestrutura	(250.635)	(14.089)	(250.635)	(264.724)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(4.131)	(195)	(4.131)	(4.326)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(665)	(54)	(665)	(719)
Direito da Concessão - ágio (b)	(63.195)	(2.821)	(63.195)	(66.016)
	<u>(318.626)</u>	<u>(17.159)</u>	<u>(318.626)</u>	<u>(335.785)</u>

(\*) Amortização pela curva de benefício econômico.

(\*\*) Refere-se ao reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras realizados pela Companhia, conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº 20.

(a) Do montante de R\$ 1.210.311 em 31 de março de 2012, R\$ 19.520 refere-se a intangível em fase de construção e não disponibilizado ao usuário. As principais obras de melhorias em andamento em 31 de março de 2012, são as seguintes:

1. SP-280-Implantação Dispositivo de Retorno Km 64,5;
2. SP-280-Implantação faixa adicional km 28 ao km 30;
3. Implantação de marginais do km 92 ao 106; e
4. SP-280-Remodelação do posto geral de fiscalização km 74.

(b) Direito da concessão: refere-se ao ágio gerado após a reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005. A incorporação pela Companhia do patrimônio da Wolfson Empreendimentos Ltda. não implicou no aumento do capital da incorporadora no ato da incorporação. A

## Notas Explicativas

diferença entre o valor do acervo líquido incorporado e o valor de patrimônio líquido da incorporadora, no montante de R\$ 2.642, foi destinada à conta de reserva de capital. O valor do ágio incorporado, no montante de R\$ 251.709, é amortizado pelo padrão de benefício econômico gerado com base na curva de tráfego, pelo prazo da concessão.

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$ 467 em 31 de março de 2012 (R\$ 2.680 em 31 de março de 2011). A taxa de capitalização dos custos de empréstimos foi, em média, de 0,7720% ao mês durante o período de 31 de março de 2012 (em média 0,7721% ao mês durante o período de 31 de março de 2011).

### 13 Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil

	Taxas Contratuais		31/03/2012	31/12/2011
	(% a.a.)	Vencimentos		
Em moeda nacional				
Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. (*)	TJLP + 3%	15 de maio de 2012	26	92 (a)
HSBC Bank Brasil S.A. (*)	TJLP + 1,7%	15 de julho de 2013	208	246 (a)
Banco Alfa de Investimentos S.A. (*)	TJLP + 1%	15 de maio de 2015	140	151 (a)
Banco Alfa Arrendamento Mercantil S.A. (**)	CDI + 1,5%	02 de setembro de 2013	1.187	1.378 (b)
Banco Itaú S.A. (**)	1,23% a.m.	21 de setembro de 2014	230	255 (a)
Total			<u>1.791</u>	<u>2.122</u>
Total circulante			<u>1.256</u>	<u>1.317</u>
Total não circulante			<u>535</u>	<u>805</u>

(\*) Fiance

(\*\*) Arrendamento Mercantil

### Garantias

- (a) Fidejussória e bens financiados.  
(b) Bens financiados.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	31/03/2012
2013	413
2014	103
Após 2014	<u>19</u>
	<u>535</u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e vêm sendo cumpridas regularmente. Neste período não houve contratação de novas operações.

### 14 Debêntures

## Notas Explicativas

	Taxas Contratuais (% a.a.)	Custo efetivo (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo de custo de transação a apropriar	Vencimentos	31/03/2012	31/12/2011
Debêntures							
Série 1	104,5% do CDI	0,2917% (b)	3.676	701	Julho de 2015	133.423	130.015 (c)
Série 2	IGP-M + 7,6%	7,9755% (a)	2.427	423	Julho de 2015	108.527	105.825 (c)
Série 3	IGP-M + 7,6%	7,9755% (a)	2.427	519	Janeiro de 2015	131.300	128.028 (c)
Série Única	117% do CDI	0,1334% (b)	1.494	755	Dezembro de 2016	233.744	227.096 (d)
Série Única	110,5% do CDI	0,1334% (b)	740	551	Fevereiro de 2015	129.431	156.122 (d)
Total						<u>736.425</u>	<u>747.086</u>
Debêntures						212.169	204.299
Custo de transação						<u>(1.421)</u>	<u>(1.416)</u>
Total circulante						<u>210.748</u>	<u>202.883</u>
Debêntures						527.205	546.089
Custo de transação						<u>(1.528)</u>	<u>(1.886)</u>
Total não circulante						<u>525.677</u>	<u>544.203</u>

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

(b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Os métodos de cálculo acima estão de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08.

### Garantias:

(c) Penhor das ações e das contas bancárias e cessão da indenização e dos recebíveis.

(d) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	31/03/2012
2013	159.127
2014	212.169
Após 2014	<u>155.909</u>
	<u>527.205</u>

As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. Neste período não houve contratação de novas operações, ou liquidação de operações anteriores.

## 15 Obrigações fiscais

### a. Obrigações fiscais federais e municipais – a recolher

**Notas Explicativas**

	<b>31/03/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
IRPJ e CSLL	13.721	8.138
ISS	3.802	3.734
Cofins	2.100	2.066
Outros	1.184	2.142
	<u>20.807</u>	<u>16.080</u>

**b. Impostos e contribuições parceladas**

<b>Parcelamento Lei 11.941/09</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/03/2012</b>			
	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Atualizações</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>Transferências</b>	<b>Total</b>
Circulante	5.734	123	(1.491)	1.491	5.857
Não circulante	<u>57.472</u>	<u>1.196</u>	<u>-</u>	<u>(1.491)</u>	<u>57.177</u>
Total	<u>63.206</u>	<u>1.319</u>	<u>(1.491)</u>	<u>-</u>	<u>63.034</u>

(1) Os impostos parcelados através da Lei 11.941/09 começaram a ser pagos a partir de junho de 2011 de acordo com o processo de consolidação da Receita Federal do Brasil ocorrido em 17 de junho de 2011, em até 180 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, e atualizados mensalmente com base na taxa SELIC.

**16 Provisão para riscos**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

**Notas Explicativas**

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/03/2012</u>		
	Saldo inicial	Constituição/ reversão de provisão	Pagamento	Total
<b>Não circulante</b>				
Cíveis	957	109	(533)	533
Trabalhistas	<u>1.224</u>	<u>120</u>	<u>(27)</u>	<u>1.317</u>
Total	<u><u>2.181</u></u>	<u><u>229</u></u>	<u><u>(560)</u></u>	<u><u>1.850</u></u>

A Companhia possui outros riscos passivos relativos a questões trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tem em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Cíveis - Indenização aos usuários da rodovia	26.794	25.620
Trabalhistas e previdenciárias	<u>2.029</u>	<u>2.027</u>
	<u><u>28.823</u></u>	<u><u>27.647</u></u>

Além de efetuar depósitos judiciais, a Companhia contratou fianças bancárias no montante de R\$ 850 para os processos em andamento.

**17 Provisão de manutenção**

## Notas Explicativas

Provisão de manutenção	31/12/2011	31/03/2012			Total
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	
Circulante	11.572	586	332	(6.615)	5.875
Não circulante	17.832	1.285	634	-	19.751

As taxas para cálculo do valor presente são equivalentes as taxas de mercado para os períodos a que se referem e estão demonstradas a seguir:

- Projetos com início de provisão até 2009: 14,75% a.a.
- Projetos com início de provisão até 2010: 12,34% a.a.
- Projetos com início de provisão a partir de 2011: 12,62% a.a.

Em 31 de março de 2012 o montante provisionado corresponde a R\$ 33.028 do valor nominal das projeções de gastos (R\$ 36.336 em 31 de dezembro de 2011).

## 18 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social é representado por 13.976.292.242 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 6.988.146.121 ordinárias e 6.988.146.121 preferenciais

Não houve movimentação das ações durante os exercícios de 2012 e 2011.

### b. Reserva de Lucros

- *Reserva Legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, o qual já foi atendido.

### c. Lucro por ação básico e diluído

Conforme requerido pelo CPC 41 – Lucro por ação, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro líquido atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultado por ação.

Segue abaixo, o cálculo do lucro por ação básico e diluído:



## Notas Explicativas

(Em milhares, exceto ações e lucro por ação)	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
<b>Numerador</b>		
Lucro Líquido Disponível	57.470	38.406
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído	6.988.146.121	6.988.146.121
Média ponderada de ações preferenciais - básico e diluído	6.988.146.121	6.988.146.121
Lucro por ação ordinária - básico e diluído em reais	0,00392	0,00262
Lucro por ação preferencial - básico e diluído em reais	0,00431	0,00288

### d. Dividendos

Em 13 de abril de 2012, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 180.000, sendo R\$ 55.000 a título de dividendos intermediários sobre o saldo de reserva de retenção de lucros de 2011 e R\$ 125.000 de dividendo adicional proposto em 31 de dezembro de 2011.

## 19 Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações trimestrais da Companhia conforme o quadro a seguir:

	<u>31/03/2012</u>			<u>31/12/2011</u>		
	Valor justo por Nota meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)
<b>Ativos</b>						
Caixa e Bancos	6	-	2.188	-	2.378	-
Aplicações financeiras	6	72.562	-	10.572	-	-
Contas a receber de clientes	7	-	1.743	-	1.512	-
Contas a receber partes relacionadas	10	-	35.699	-	40.129	-
<b>Passivos</b>						
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	13	-	(1.791)	-	-	(2.122)
Debêntures	14	-	(736.425)	-	-	(747.086)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(25.217)	-	-	(30.790)
Fornecedores partes relacionadas	-	-	(4.972)	-	-	(2.127)
Contas a pagar partes relacionadas	10	-	(22)	-	-	(8)
Total	72.562	39.630	(768.427)	10.572	44.019	(782.133)

(a) Valores líquidos do custo de transação

Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de empréstimos e debêntures pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

## Notas Explicativas

	31/03/2012		31/12/2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (*)	739.374	767.787	750.388	779.388

(\*) Os valores estão brutos dos custos de transação

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

### *Hierarquia de valor justo*

A Companhia somente detém instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo qualificados no nível 2, correspondentes à aplicações financeiras de curto prazo, nos valores de R\$ 72.562 em 31 de março de 2012 (R\$ 10.572 em 31 de dezembro de 2011).

### *Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros*

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, apresentamos no quadro a seguir, os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias para os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de até 31 de março de 2012. Os valores correspondem aos efeitos calculados para um período de doze meses a partir da data dessas informações trimestrais ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro. Os cálculos foram efetuados com base na posição em aberto de cada operação, na data dessas informações trimestrais, não levando em consideração eventuais vencimentos intermediários. As taxas definidas para o cenário provável foram adicionadas, nos cenários A e B dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, definidos na referida Instrução.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à TJLP (Empréstimos do BNDES e Finames), em virtude de se considerar que a TJLP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferecendo riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia.

Abaixo estão demonstrados os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias sobre debêntures com taxas pós-fixadas.

## Notas Explicativas

### Análise de Sensibilidade de Variações nas Taxas de Juros

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (3)	Efeito no resultado em R\$		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures	Aumento do IGP-M	Janeiro de 2015	108.950	(11.707)	(12.626)	(13.545)
Debêntures	Aumento do IGP-M	Julho de 2015	131.819	(13.651)	(14.723)	(15.794)
Debêntures	Aumento do CDI	Dezembro de 2016	498.605	(52.766)	(66.038)	(79.339)
Total do efeito de ganho ou (perda)				(78.124)	(93.387)	(108.678)

#### As taxas de juros consideradas para 12 meses foram:

CDI	9,52% (1)	11,90%	14,28%
IGP-M	3,23% (2)	4,04%	4,85%

Abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(1) Refere-se a taxa de 30/03/2012, divulgada pela CETIP.

(2) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pela Anbima.

(3) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 30/03/2012 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

Além dos índices variáveis demonstrados no quadro anterior, parte dos contratos possui taxas fixas (spreads), as quais também estão consideradas nos cálculos.

## 20 Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2012, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia estão resumidas conforme abaixo:

- Responsabilidade Civil – R\$ 49.500;
- Riscos de Engenharia – Conservação e Manutenção – R\$ 20.000;
- Riscos de Engenharia – Ampliação e Melhoramentos – R\$ 68.862;
- Riscos Patrimoniais / Operacionais – R\$ 50.000;
- Perda de Receita – R\$ 69.615.
- Veículos: Cobertura para danos materiais e pessoais de R\$ 120.000 (R\$ 1.000 por veículo), sendo: R\$ 12.000 (R\$ 100 por veículo) para danos morais; R\$ 93.600 (R\$ 2,6 por veículo) para acessórios e R\$ 72 (R\$ 2 por veículo) para equipamentos.

Além disso, a Companhia possui três apólices de seguro garantia no valor total de R\$ 209.333, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no Contrato de Concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações trimestrais e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

## 21 Compromissos vinculados ao contrato de concessão

## Notas Explicativas

### a. Decorrente do direito de outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, conforme demonstrado a seguir:

	Valor nominal		Valor presente	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Outorga fixa a pagar	304.939	315.878	251.546	272.230

O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até fevereiro de 2018, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M, em julho de cada ano. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa real de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga na data do início da concessão, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Esses compromissos atualizados até 31 de março de 2012, estavam assim distribuídos:

	Valor nominal	Valor presente
2012	38.654	25.097
2013	51.539	48.395
2014	51.539	46.091
2015	51.539	43.895
2016	51.539	41.804
Após 2016	60.129	46.264
Total	304.939	251.546

A Companhia não efetuou o pagamento ao Poder concedente das parcelas referente ao direito da outorga fixa relativas ao período de janeiro à março de 2012 no montante de R\$ 5.857 (R\$ 5.747 em 31 de março de 2011), autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo nº 20, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras realizadas.

### b. Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita bruta mensal, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

O saldo de outorga variável a pagar em 31 de março de 2012 era de R\$ 2.098 (R\$ 2.062 em 31 de dezembro de 2011).

No decorrer do período foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 5.860 referente ao direito de outorga variável (R\$ 5.108 em 30 de março de 2011).

### c. Compromisso com o Poder Concedente

## Notas Explicativas

A Companhia assumiu o compromisso de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação e alargamento das rodovias. Em 31 de março de 2012, esses compromissos de investimentos estavam estimados em R\$ 554.772, (R\$ 569.071 em 31 de dezembro de 2011), a serem realizados até o final do prazo da concessão.

Estes investimentos se destinam a melhorias na infraestrutura para que a mesma possa comportar o provável aumento do tráfego futuro e, conseqüentemente, gerar receitas adicionais para a concessionária.

### d. *Obras a executar*

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<b>Não circulante</b>		
Obrigações Poder Concedente	<u>8.225</u>	<u>8.822</u>

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº. 7, de 23 de abril de 2004, com o objetivo de promover a melhor adequação das condições de concessão para cumprimento dos fins de interesse público, entre outros aspectos, o Poder Concedente transferiu a responsabilidade da execução das obras de implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e de Brigadeiro Tobias para a Companhia.

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº. 11, de 8 de dezembro de 2006, quando o total das retenções atingisse o montante de R\$ 98.303, a Companhia deveria voltar a depositar o saldo remanescente do ônus fixo, após efetuar as compensações previstas nos itens 3.1 e 3.2 do Termo Aditivo e Modificativo nº. 7/2004. O total de retenções foi atingido no terceiro trimestre de 2008 e a Companhia passou a depositar o ônus fixo.

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº 20, de 27 de janeiro de 2011, com o objetivo de recomposição do equilíbrio da equação econômico-financeira do contrato de concessão decorrente da implantação de um conjunto de obras realizadas, o Poder Concedente autorizou a Companhia a utilização de 28 parcelas da outorga fixa, período compreendido entre dezembro de 2010 e março de 2013, e também a utilização de 2 parcelas da outorga variável, período compreendido entre dezembro de 2010 e janeiro de 2011.

## 22 Resultado Financeiro

**Notas Explicativas**

	<b>31/03/2012</b>	<b>31/03/2011</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercant	(18.717)	(20.469)
Variação monetária sobre debêntures	(1.469)	(6.784)
Juros sobre impostos parcelados	(1.320)	(1.448)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(966)	(1.015)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(286)	(158)
Juros e multas sobre obrigações fiscais e sociais	(55)	(1)
IOF	-	(120)
Capitalização de custos dos empréstimos	1.104	3.602
	<u>(21.709)</u>	<u>(26.393)</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.040	1.034
Variação monetária sobre debêntures	108	-
Juros e outras receitas financeiras	165	38
	<u>1.313</u>	<u>1.072</u>

**23 Receitas**

	<b>31/12/2012</b>	<b>31/03/2011</b>
<b>Receitas</b>		
Receitas de pedágio	193.521	168.214
Receitas de contratos de construção	4.275	36.677
Receitas acessórias	2.470	2.130
<b>Receitas Brutas</b>	<u>200.266</u>	<u>207.021</u>
Menos:		
Impostos sobre receitas	(16.939)	(14.721)
Devoluções e abatimentos	105	23
Total das receitas	<u>183.432</u>	<u>192.323</u>

**24 Eventos subsequentes**

Em 28 de abril de 2012 a Companhia captou a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, no montante de R\$750 milhões, a qual tem prazo de vencimento de 61 meses e vencimento final em 28 de maio de 2017.

A remuneração é de 109,50% da variação do DI Over da Cetip.

O pagamento do principal será amortizado em 17 parcelas iguais, trimestrais sucessivas, iniciando-se o primeiro pagamento em um ano e um mês contanto da data de emissão ("Período de carência), ou seja, em 28 de maio de 2013.

\* \* \*

## **Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva**

## RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e aos Administradores da  
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo S.A.  
Araçariguama - SP

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais, da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado para o período de três e meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas. A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, às demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias.

#### Balanço patrimonial e informações contábeis intermediárias de 2011

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, levantados em 31 de dezembro de 2011 e as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, apresentados para fins de comparação, foram, respectivamente, auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatórios sem modificação sobre essas demonstrações financeiras em 29 de fevereiro de 2012 e 10 de maio de 2011, respectivamente.

São Paulo, 9 de maio de 2012.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Roberto P. Carneiro  
Contador  
CRC nº 1 SP 109447/O-6

A via original deste relatório foi entregue à Sociedade devidamente assinada, acompanhada das folhas da ITR, revisadas por nós e estão rubricadas tão-somente para fins de identificação.



## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR e com as demonstrações financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2012.

Jundiaí, 09 de maio de 2012.

Maurício Soares Negrão  
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Eduardo Siqueira Moraes Camargo  
Diretor da Companhia

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

### **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR e com as demonstrações financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2012.

Jundiaí, 09 de maio de 2012.

Maurício Soares Negrão  
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Eduardo Siqueira Moraes Camargo  
Diretor da Companhia